

## **A DOCÊNCIA EM GUANAMBI DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE SOBRE O COLÉGIO LUIZ VIANA FILHO**

*THE TEACHING IN GUANAMBI DURING THE MILITARY DICTATORSHIP: AN ANALYSIS OF LUIZ VIANA HIGH SCHOOL*

**Maryana Gonçalves Souza\***  
**Antonietta Miguel\*\***

### **Resumo**

Este trabalho objetiva investigar características dos professores do Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, sob o recorte temporal da ditadura militar brasileira, trazendo discussões sobre instrução, formação docente e composição escolar no período ditatorial do país. A ditadura militar foi uma forma de governo que interferiu diretamente em diversos públicos, como os professores brasileiros, os docentes foram um dos principais agentes que combateram esse regime. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática da História da Educação, instituições escolares, corpo docente, educação na ditadura militar. Logo após, foram realizadas visitas nos locais onde a instituição acondiciona os seus documentos, que são o seu arquivo. Foram utilizadas nesta pesquisa as seguintes fontes: ofícios, correspondências, regimentos, livros de ponto, livros de matrícula e pastas de professores. Posteriormente, esses documentos foram cruzados uns com os outros e analisados minuciosamente, à luz do embasamento teórico obtido através do levantamento bibliográfico realizado. Foram construídas tabelas referentes à instrução, a sexo, a cor e a bairro dos professores que lecionaram no Colégio Luiz Viana entre as décadas de 1950 e

### **Abstract**

This work aims to investigate the characteristics of the teachers of the school Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, under the rule of the Brazilian military dictatorship, bringing discussions about instruction, teacher training and school composition during the country's dictatorial period. The military dictatorship was a form of government that directly affected in several audiences, like Brazilian teachers, who were one of the main agents that fought this regime. Initially, a bibliographic survey was made on the History of Education, school institutions, teaching staff, education in the military dictatorship. Afterwards we made visits to the places where the institution keeps its documents, which are its archive and a depository, where the investigation, collection and cataloging of the sources. Subsequently, these documents were analyzed in detail, compared with each other with the theoretical basis obtained through a bibliographical survey. The sources used in this research were Letters, Correspondence, Regimes, Sign-in books, Tuition Books and Teacher Binders. Tables were constructed concerning the instruction, sex, race and neighborhood of the teachers who taught at Colégio Estadual Governador

\* Licencianda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- DCH- Campus VI- Caetité. E-mail: maarii95@hotmail.com.

\*\* Professora assistente do Departamento de Ciências Humanas/Campus VI da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: antonietamiguel40@yahoo.com.br.

1990. A pesquisa desenvolvida permitiu adentrar no campo educacional brasileiro do período ditatorial brasileiro, em especial, no da cidade de Guanambi- Bahia, especificamente no plano docente, como meio de compreendê-lo, possibilitando também conhecer a interferência desse regime em um município localizado no interior baiano.

**Palavras-chave:** Colégio Luiz Viana. Corpo docente. Ditadura Militar.

Luiz Viana Filho between the 1950s and 1990s. The investigation developed allowed us to explore the Brazilian educational field of the dictatorial period, especially the city of Guanambi- Bahia, specifically in the teaching field, as a means to understand it, also making it possible to know the interference of this regime in a municipality located in the interior of Bahia.

**Key words:** Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho. Teaching Staff. Military Dictatorship.

## Introdução

A expansão das temáticas da História da Educação dada pela inserção de novas leituras, novos olhares, objetos e novas metodologias permitiu que o pesquisador ampliasse o seu olhar investigativo sobre as instituições escolares. O corpo docente constitui um dos variados objetos de investigação histórico-educativa possíveis relacionado às instituições escolares. Baseado em Marli André (2010), o interesse dos pesquisadores pelos questionamentos relacionados à formação e ao trabalho docente é crescente, o que pode ser comprovado por meio do aumento das produções científicas sobre o tema, a sua visibilidade na mídia, o surgimento de eventos e publicações sobre o assunto, o que torna mais necessária a discussão sobre esse campo de estudos.

As produções científicas sobre formação docente se limitaram ao campo da Didática até 1990 (ANDRÉ, 2010), depois o tema foi se desenvolvendo e, por consequência, as produções cresceram. Como afirma Carlos Marcelo Garcia, a temática sobre a formação docente foi se “apresentando progressivamente como uma potente matriz disciplinar” (GARCIA, 1999, p.24).

Ideal salientar que a docência deve ser analisada e compreendida dentro do contexto da sociedade em que está inserida. Um dos contextos brasileiros (especialmente educacionais) nos quais se podem observar movimentos e articulações de professores e incorporá-los na investigação histórico-educativa é a ditadura militar. Esse regime político trouxe grandes impactos para o campo

educacional brasileiro: limitou e privatizou o ensino; afetou negativamente todas as estruturas das instituições de ensino público e proletarizou o trabalho docente. Diante disso, parte dos docentes que foram drasticamente atingidos pela ditadura militar lutaram arduamente para reverterem a situação crítica da educação brasileira nesse regime e obterem melhorias para o setor educacional. É importante salientar que nem todos os professores do Brasil desse período eram contra a ditadura. Havia muitos professores e administradores, principalmente dentro das universidades, que apoiavam o regime militar, o que, de acordo com Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010), pode ser explicado pela influência norte-americana desde os anos 40 no campo intelectual universitário do Brasil. Sendo assim, os professores que lutaram contra a ditadura militar brasileira foram importantes protagonistas para o fim desse sistema de governo e para a conquista da democracia no país.

### **Situação educacional durante a ditadura militar no Brasil**

Buscando a influência do modelo educacional norte-americano e estabelecendo relações com empresários e tecno-burocratas interessados em expandir seus lucros no Brasil, o governo ditatorial estabeleceu uma política educacional limitada, que pretendia privatizar e oligopolizar o ensino, vinculada à formação de mão de obra para o mercado de trabalho industrial, tendo em vista os princípios de racionalidade, produtividade e eficiência.

Os militares executaram reformas jurídicas no campo educacional que ocasionaram grande impacto no período. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando aos modelos de experiências de outros países em relação ao sistema de ensino e métodos de trabalho e programas, firmou diversos acordos na década de 60 com os Estados Unidos, por meio da *United States Agency for International Development* (USAID). Os acordos entre MEC e USAID, que envolveram medidas referentes ao ensino de 1º e 2º graus<sup>1</sup> e ensino superior, treinamento de professores e produção e circulação de livros didáticos, permaneceram de 1964 até 1968 no cenário brasileiro.

---

<sup>1</sup> A terminologia ensino fundamental e ensino médio surgiram no contexto educacional a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996).

A implantação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Reforma Universitária, alterou o funcionamento do ensino superior e o articulou com o segundo grau. No Brasil estava crescendo a procura de vagas nos cursos superiores, especialmente nas instituições públicas, diante da ideia difundida de conquista de ascensão social por meio de novos empregos, o que, conseqüentemente, aumentou o número de excedentes do ensino superior. Diante disso, a Reforma realizou a organização por departamentos, curso básico, matrícula por disciplina, unificação do vestibular por região, entrada ao ensino superior por meio de pontuação/qualificação, criou licenciaturas curtas e institucionalizou a pós-graduação.

Em 11 de agosto de 1971, com a implantação da Lei n. 5.692, foram unidos os quatro anos de ensino primário com os quatro anos de ensino ginásial. Foi criado, então, um único ciclo de oito anos obrigatório que foi chamado 1º grau de ensino, enquanto os três anos, no antigo ensino colegial, passaram a compor o 2º grau. Além disso, como meio de aumentar o número de matrícula no ensino superior, sem gerar desemprego de pessoas escolarizadas e aumentar os orçamentos do governo, essa lei estabeleceu a profissionalização do segundo grau, na qual uma parte da demanda de candidatos ao ensino superior seria vinculado para o mercado de trabalho, gerando mão de obra para o país.

Luis Antônio Cunha, em seu livro intitulado *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, traz uma das prováveis conseqüências da profissionalização do segundo grau:

[...] determinou-se a profissionalização compulsória de todo o ensino médio. Com isso, imaginava-se poder deslocar para o mercado de trabalho, supostamente carente, uma parte da crescente demanda de candidatos ao ensino superior. Como já mostramos, uma das prováveis conseqüências disso é a diferença entre o tipo de ensino que terão os alunos das escolas públicas e os alunos das escolas privadas. Nestas últimas, onde estudam os alunos oriundas das camadas mais altas de renda, o ensino tende a ser profissional apenas na aparência e, na realidade, preocupa-se com a preparação para os vestibulares (CUNHA, 1977, p.252).

Posteriormente, em 1982, a lei 5.592/71 é alterada: retira-se a obrigatoriedade da profissionalização, que passou a se vincular, então, à

formação geral e a certo tipo de “preparação para o trabalho”. Nesse período, grande parte da população de classe baixa não tinha acesso à escola no Brasil, sendo alto o índice de analfabetismo e de evasão escolar nas séries iniciais. Não foram oferecidas estruturas para que a escola concretizasse de modo eficiente a lei, a exemplo de profissionais preparados, materiais e número suficiente de escolas técnicas preparadas.

Uma das metas do Estado era escolarizar regularmente os indivíduos da faixa etária de 7 a 14 anos durante 8 anos escolares. No entanto, o governo reconhece a impossibilidade de cumprir essa meta por meio da escola regular. Em virtude desse fracasso, com o uso do rádio e televisão, implanta a educação à distância por meio do ensino supletivo. Além disso, implementa uma campanha nacional de alfabetização, criando programas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Projeto Minerva.

O MOBRAL começou a ser executado em 1970, com o objetivo de alfabetizar a população analfabeta da faixa etária de 9 a 35 anos. Segundo Ana Cristina Pederiva (2015) e Moacir Gadotti (2001), esse programa constituiu-se tanto como uma maneira da burguesia nacional impor seus valores e sua política, como também uma maneira de o regime buscar apoio das camadas baixas, atraindo os trabalhadores e contendo os movimentos reivindicatórios. O MOBRAL adotou certos aspectos da pedagogia de Paulo Freire, mas se centralizou em um método de ensino limitado que não permitia criticidade e autonomia ao aluno em relação ao conhecimento.

Já o Projeto Minerva foi um curso supletivo criado em 1970. Consistia em um programa de rádio que os alunos acompanhavam em suas residências: Regularmente, os discentes deveriam ir aos organizados rádio-postos, para acompanhar as transmissões, sob o auxílio de fascículo e supervisão de um monitor. No entanto, de acordo com Lira (2010), os cursos supletivos, na verdade, reforçaram o caráter excludente do sistema educacional brasileiro no período ditatorial:

Os cursos supletivos deram continuidade à tradição de se reproduzir a divisão de cursos separados para as classes dirigentes e as classes trabalhadoras. São estas que prematuramente vão sendo expulsas da rede formal devido à sua própria condição de classe e que, posteriormente, procuram,

nessa segunda chance, superar as barreiras de classe. O ensino supletivo serviu de justificção ideológica para um sistema educacional altamente excludente (LIRA, 2010, p. 172).

Observa-se que o governo ditatorial buscou na educação articular seus objetivos econômicos, como também articulou o campo ideológico em prol desse regime. Uma das medidas nessa perspectiva foi a implantação da Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que instituiu, obrigatoriamente, a disciplina Educação Moral e Cívica em todos os graus e modalidades de ensino do Brasil.

Na universidade, foi implantada a disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros. De acordo com Lea Maria Vedana (1997) a inserção obrigatória de disciplinas sobre civismo, a extinção de Filosofia e a redução da carga horária de História e Geografia se constituíram como uma imposição da ideologia da ditadura. Essas ações afetaram o senso crítico e a consciência política da população sobre o que estava ocorrendo.

Baseado em Dermeval Saviani (2007), todas essas medidas educacionais, fundamentadas em uma pedagogia tecnicista, vinculada à organização racional do trabalho, enfoque sistêmico e controle de comportamento, inibiam a criticidade e a autonomia dos estudantes, tornando esses indivíduos peças importantes para a efetivação do governo ditatorial. Nesse sentido, o tecnicismo e as questões econômica e ideológica se constituíram como pontos determinantes nas medidas implantadas pelos militares no campo educacional, durante a ditadura brasileira.

Todas essas ações implementadas atingem, de modo bastante particular, a docência. Isso será observado a partir da análise de informações sobre o corpo docente do Colégio Luiz Viana durante o período ditatorial.

### **Contexto de Guanambi durante o período da ditadura militar**

Para compreender aspectos referentes ao Colégio Luiz Viana durante o período da ditadura militar, necessário se faz conhecer o contexto da cidade onde o Colégio está situado. Mesmo localizada no interior da Bahia, a deflagração do golpe de 1964 e seus desdobramentos influenciaram Guanambi, especialmente, no âmbito da política.

Como estratégia para se manter sem ameaças no poder brasileiro, Castelo Branco, através do Ato Institucional nº II, implantou, em 1965, o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido conservador que apoiava o governo vigente ditatorial e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido de oposição à ditadura.

Na Bahia, a ARENA era composta por grupos políticos influentes que dominaram o cenário político estadual e do interior: o juracisismo (comandando pelo general Juracy Magalhães); o vianismo (Luiz Viana); lomantismo (Antônio Lomanto); e, posteriormente, em 1971, o carlismo (Antônio Carlos Magalhães). No interior baiano, predominaram candidatos da ARENA, partido dominante nesta região. Segundo Elenice Ferreira e Carlos Roberto Jamil Cury (2014), o poder ditatorial se desdobrou historicamente no interior do estado através do coronelismo, materializando uma “cultura mandonista”.

Com base em Domingos Antônio Teixeira (1991), dentro da ARENA em Guanambi, existiam os partidos ARENA 1 e ARENA 2, que, respectivamente, conhecidos popularmente como “Jacus”, liderados pelo Dr. José Humberto Nunes, e os “Carcarás”, liderados por José Neves Teixeira e Nilo Coelho. Diante disso, as eleições para prefeito nesse município, no final da década de 1960 e de 1970, se davam por um candidato único (pois não tinha concorrência de partidos diferentes) ou então dois candidatos da ARENA.

Nesse período (até antes mesmo da ditadura), Guanambi era polo regional em virtude de sua localização geográfica (próximo ao Norte de Minas, Rio São Francisco, BR 0-30), tendo o comércio como marca registrada. Na década de 60, o município teve a reconstrução da Barragem de Ceraíma, açude que hoje abastece Guanambi e vizinhança; e a inauguração da hidroelétrica de Correntina, da iluminação pública da cidade e do Banco do Nordeste. No campo da educação, estabeleceram-se escolas noturnas para a Alfabetização de Adultos e a assistência educacional aos professores leigos através do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP).

Na década de 70, como meio de ampliar o atendimento à população estudantil, dado que Guanambi era uma cidade polo e havia a necessidade de um colégio público, ocorreu a estadualização do Ginásio São Lucas e Ginásio e Escola Normal de Guanambi, criando-se, então, o Colégio Estadual Governador

Luiz Viana. Com isso, um grande número de pessoas se mudou para Guanambi, o que, conseqüentemente, aumentou a sua população e impulsionou a sua educação e economia. É importante apontar que o contexto de escola pública neste momento é caracterizado pela formação profissionalizante, ofertada pela Lei 5692/71, que formaria mão-de-obra para o sistema capitalista, e pela presença da pedagogia liberal tecnicista, que via o homem como produto do meio.

Tendo em vista também os anos 70, pesquisas científicas locais, como a de Tulio Aranha Silva e Gabriela Nogueira (2013), evidenciam a suposta passagem em Guanambi do militante João Leonardo, do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Elas apontam que João foi descoberto em Itapetim, no Pernambuco. Em 1974, fugiu para o interior da Bahia, passando por Guanambi. Em 1975, foi executado em Palmas de Monte Alto, pelas tropas da cidade, comandadas pelo capitão Delcker Rodrigues de Melo.

A ARENA se manteve no poder em Guanambi até 1974, sem nenhuma oposição, diante da presença de eleições sucessivas com apenas um único candidato: Dr. José Humberto Nunes (1963-1967 e 1971-1973) e Jonas Rodrigues da Silva (1967-1971 e 1973-1977).

Com a eleição para deputados federais e estaduais em 1974, o grupo político ARENA 1 (liderado por José Humberto Nunes) disputou o poder com o ARENA 2 (liderado pelos políticos José Neves Teixeira e Nilo Moraes Coelho). Os “Jacus” apoiavam para deputado federal os candidatos Manoel Novaes e Odulfo Domingues e para deputado estadual o professor Vilobaldo Freitas; enquanto os “Carcarás” apostaram em Prisco Viana para deputado federal e Epaminondas Rocha para deputado estadual.

De acordo com Elane Márcia Silva Viana (2017), este novo grupo político pertencia, em grande parte, à nova classe econômica formada por agricultores de algodão, pecuaristas, proprietários de usinas e certos comerciantes, todos estes resultantes da produtividade gerada pela lavoura do algodão na década de 70 e almejavam maior participação política. Com a vasta produção de algodão do Vale do Iuiu, na década de 80, Guanambi estava crescendo economicamente e destacando-se na região.

Em 1976, na disputa eleitoral para o cargo de prefeito, dois candidatos concorreram para o período de 1977-1983. Venceu José Neves Teixeira e, conseqüentemente, a ARENA 2 Posteriormente, entre 1983-1985, Nilo Augusto Moraes Coelho assumiu o mandato da prefeitura de Guanambi.

Tendo em vista esse conjunto plural de desdobramentos, é notório que o poder do município de Guanambi durante o período da ditadura era concentrado e abrangia apenas poucos indivíduos. Mesmo sendo uma cidade do interior baiano, ela foi influenciada pelas articulações do regime ditatorial brasileiro, especialmente, no âmbito político local.

### **Corpo docente do Luiz Viana: Análise de dados**

O Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho foi criado em 1970, pela junção do Ginásio e Escola Normal de Guanambi com o Ginásio e Escola Normal São Lucas. O Colégio iniciou com quarenta e cinco professores e, no decorrer dos anos, ofertou os cursos Normal, Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Estudos Adicionais, Agropecuária, Acadêmico, Exame Supletivo de 2º Grau e Magistério. Atualmente, o Colégio possui quarenta e cinco professores, e oferta o Ensino Médio e o Tempo Formativo III (Educação de Jovens e Adultos). Até 2015, também ofertou o Ensino Fundamental.

Os dados sobre o corpo docente do Colégio Luiz Viana foram analisados e dispostos em tabelas que contêm informações sobre instrução, formação, sexo, cor e bairro dos docentes que lecionaram na instituição, dentro do recorte temporal do período da ditadura militar no Brasil. Foram abordadas as décadas de 1950 e 1990, a fim de ser feita uma comparação e análise mais ampla.

As informações foram extraídas das pastas de professores encontradas na instituição. Foram analisadas, ao total, 103 pastas. Para a realização das análises quantitativas referentes à instrução, formação, sexo, e cor dos docentes, foi considerado o ano em que os professores começaram a lecionar na instituição e que deveria estar dentro do recorte temporal estabelecido. Já o estado civil e o bairro onde moravam são referentes ao ano em que esses dados foram informados, levando-se em conta o tempo de trabalho do professor na instituição.

É importante salientar que a grande maioria dos professores que, durante os anos 50 e 60, lecionaram no Ginásio de Guanambi e Ginásio São Lucas, posteriormente, lecionou no Colégio Luiz Viana, a partir de 1970, e foram por isso incorporados na composição destes dados.

A primeira tabela a ser apresentada (Tabela 1) refere-se à instrução dos professores do colégio:

**Tabela 1. Instrução dos professores do Colégio Luiz Viana**

Instrução  Ano	2º Grau				Nível Superior						TO-TAL
	Magistério		Curso Técnico		Licenciatura Plena		Licenciatura Curta		Não Licen. com outro Curso Superior		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
1950	4	50	4	50	-	-	-	-	-	-	8
1960	18	75	2	8	2	8	-	-	3	12	25
1970	42	63	9	13	9	13	4	6	3	4	67
1980	17	57	1	3	7	23	2	4	3	10	30
1990	2	22	-	-	5	55	1	11	1	11	9

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Gov. Luiz Viana Filho, Pastas de Professores, Sessão Professores Inativos, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

Pode-se notar que, em relação ao período da ditadura militar brasileira, a maioria dos professores no Colégio Luiz Viana era formada na modalidade de Magistério, enquanto a minoria dos docentes tinha a Licenciatura Curta. Esse maior número constatado de docentes com Magistério pode ser reflexo do status e prestígio social em exercer a profissão docente nas décadas de 1950 e 1960, como também das leis impostas no campo educacional brasileiro durante a ditadura militar. Numa das definições da Lei nº 5540/68, conhecida como Reforma Universitária, no artigo 30, é afirmado que:

A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior (BRASIL, 1968).

Milene Cristina Hebling, em sua dissertação de mestrado intitulada *Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil militar (1964-1985)* evidencia a consequência dessa determinação da Lei nº 5540/68:

Assim, a formação de docentes em nível superior deveria apresentar crescimento durante a vigência desta lei. Entretanto, a Lei nº 5692/71 representou um retrocesso nesse ponto, pois permitia que a formação dos professores ocorresse nos cursos profissionalizantes em nível de 2º grau, que ofereciam, entre outras, a habilitação para o magistério (HEBLING, 2013, p. 65).

Sendo assim, a Lei 5692/71 permitiu aos docentes que eram habilitados pelo Curso Normal a realizar o Magistério, adquirindo formação profissionalizante em nível de 2º grau, o que tornou a formação do professor primário uma simples habilitação e levou o Curso Normal ao desprestígio e decadência.

A Lei 5692/71 estabeleceu também a modalidade superior de Licenciatura Curta, que possibilitava uma formação docente superior em um intervalo de tempo menor do que quatro anos. O aumento para oito anos de escolaridade proporcionado pela mesma lei ocasionou o aumento do número de escolas e a demanda por professores nas décadas de 60 e 70, o que tornou necessário, então, formar o maior número de docentes em menor tempo possível.

Analisando a Tabela 1, observamos um pequeno número de docentes (total de seis) no Colégio Luiz Viana nas décadas de 1970 e 1980 com Licenciatura Curta em sua instrução. Dentre essas seis pessoas, somente duas delas eram formadas apenas em Licenciatura Curta, enquanto as demais além dessa formação, também passaram pelo Magistério e/ou Licenciatura Plena. É importante salientar que dentre os sete professores que lecionaram no Colégio Luiz Viana de 1970 a 1990 e que possuíam Licenciatura Curta em sua formação, três deles a concluíram em instituições públicas de ensino. Em relação aos quatro professores, não havia, nos documentos, onde cursaram a modalidade curta.

Lúcia Maria Costa de Oliveira, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Licenciaturas Curtas: uma avaliação da experiência no estado da Bahia*, aponta que as primeiras instituições a oferecerem o curso de Licenciatura Curta na Bahia foram a Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana e as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas e de Vitória da Conquista, todas elas da rede pública. Em seu estudo, a autora também aborda o rendimento dos cursos ofertados por essas instituições:

As experiências com licenciatura de curta duração têm demonstrado a precariedade da proposta, não só pelo baixo índice de rendimento dos cursos- pequena procura nos concursos vestibulares e altos índices de evasão- como pela superficialidade da formação dos licenciados, o que acaba contribuindo para a desvalorização da profissão e refletindo negativamente no ensino (OLIVEIRA, 1983, p. 32).

A partir disso, é possível deduzir que o pequeno número de professores com Licenciatura Curta no Colégio Luiz Viana, no período ditatorial, em relação às outras formações se deu pelo baixo índice de rendimento do curso e a superficialidade da formação ofertada, que repercutiram de modo negativo docência enquanto profissão e o ensino.

Além da Licenciatura Curta, a Lei 5692/71 também permitiu que indivíduos que não eram licenciados, mas que portavam formação superior em outras áreas pudessem ministrar aulas no 1º e no 2º graus, desde que fizessem complementação de estudos na mesma área ou afins, nas quais se incluía formação pedagógica.

Na Tabela 1, observa-se um pequeno número de professores não licenciados formados em outro curso superior (total de seis professores nas décadas 1970 e 1980<sup>2</sup>) lecionando no Luiz Viana, no período da ditadura militar. A formação superior destes docentes era: Bacharéis em Direito, Jornalismo, Enfermagem e Obstetrícia. Dos seis professores três cursaram também o Magistério. Nos documentos analisados, não há informações precisas se os outros três docentes realizaram ou não a formação pedagógica para poderem lecionar.

---

<sup>2</sup> Os três professores que atuaram na década de 60 no Luiz Viana e que não eram Licenciados atuaram na instituição também nas décadas seguintes, sendo então incorporados nos dados das décadas de 1970 ou de 1980.

Adentra-se agora na questão sexo dos docentes do Colégio Luiz Viana. Através da Tabela 2, foi feita uma divisão quantitativa de professores e professoras que lecionaram na instituição:

**Tabela 2. Número de docentes do Colégio Luiz Viana por sexo**

Sexo Ano	Professoras		Professores		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	
1950	4	100	-	-	4
1960	20	87	3	13	23
1970	40	77	12	23	52
1980	25	86	4	14	29
1990	7	88	1	12	8

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Gov. Luiz Viana Filho, Pastas de Professores, Sessão Professores Inativos, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

Observamos uma diferença gritante entre a quantidade majoritária de mulheres exercendo a docência e a minoria masculina como professores na sala de aula no Colégio Luiz Viana, especialmente, no período ditatorial (década de 1960 até a de 1980). A grande diferença entre o número de mulheres e homens lecionando na instituição durante o período da ditadura militar brasileira pode ser compreendida pelo fato de, na metade dos anos 1960, o magistério ser predominantemente feminino, caracterizando a “feminização” da docência, que foi trazendo, gradativamente, mudanças na composição e representação dos professores desde o século XIX.

Ademais, a partir de 1968, as mulheres adentraram, de forma maciça, no espaço universitário, provocando, conforme Margareth Rago (1998), a “feminização do espaço acadêmico”. Ocuparam o papel de estudantes e também de produtoras de conhecimentos. A sociedade brasileira estava passando por um processo de modernização entre os anos de 1960 e 1980, que trouxe, dentre as consequências, a entrada de mulheres da classe média no mercado de trabalho.

Conseguimos também identificar a cor de alguns professores do Colégio Luiz Viana durante a ditadura militar, como mostra a Tabela 3:

**Tabela 3. Número de docentes do Colégio Luiz Viana por cor**

Cor \ Ano	Branco		Moreno		Pardo		Pardo escuro		Não informado		TOTAL
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
1950	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100	4
1960	5	24	-	-	-	-	-	-	16	76	21
1970	13	22,4	3	5	3	5	1	1,7	38	65,5	58
1980	1	3,57	-	-	-	-	-	-	27	96	28
1990	-	-	-	-	-	-	-	-	13	100	13

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Gov. Luiz Viana Filho, Pastas de Professores, Sessão Professores Inativos, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

A maioria dos registros encontrados sobre esses profissionais não informa a cor. A partir das carteiras de identidade e certidões de nascimento encontradas, foi possível ver que parte dos professores era branca (dezenove entre as décadas de 1960 a de 1980), apenas três eram morenos, três pardos e um pardo escuro.

O mito da democracia racial era presente entre os militares que ocuparam o governo brasileiro durante a ditadura militar. Divulgava-se para o exterior a ideia de um Brasil com igualdade entre raças e com ausência de conflitos desse tipo. Os indivíduos que contestassem essas ideias eram considerados como subversivos ou separatistas.

De acordo com Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), o golpe militar de 1964 veio dar fim às forças opositoras do governo, em especial, desarticular a intelectualidade negra que foi formada na década de 1930, uma vez que a repressão do governo desagregou as lideranças negras e as colocou em uma posição de semiclandestinidadade, isoladas das organizações clandestinas.

Na segunda parte do relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, intitulado *Perseguição à população e ao movimento negros*, são abordados a situação e o destino dos negros durante o período ditatorial:

A oposição ao golpe militar no Brasil não se limitou a setores da classe média urbana de maioria étnica branca; a presença negra no movimento de combate ao regime foi também expressiva. [...]

Afora isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período. [...] É difícil mensurar as diversas formas de violações sofridas pela população negra durante o período da ditadura no país, basta rememorar notícias de jornais, onde os negros e pobres figuravam em maior parte do noticiário policial. O principal legado da ditadura foi jogar o negro nas favelas e periferias carentes de serviços básicos. Dessa forma, não se pode deixar de considerar que a população pobre e negra é atingida até os dias de hoje com práticas instauradas no período (COMISSÃO, 2015, p. 1).

Sendo assim, analisando os números da Tabela 3, é possível inferir que a repressão do governo ditatorial sobre os negros, junto a desarticulação causada na intelectualidade negra durante esse regime e o seu legado a essa parte da população, ações camufladas pelo mito da democracia racial, podem ser fatores ligados indiretamente à presença maior de professores brancos do que de outras cores (especialmente negros) no Colégio Luiz Viana. É importante ressaltar que todas essas ações contra os negros, presentes no período ditatorial, são anteriores ao regime aqui abordado, pois são fruto dos processos históricos globais de escravidão dos negros, teorias raciais do século XIX e dos movimentos de segregação racial, como o *Apartheid*. Sendo assim, a ditadura militar foi um agente que promoveu a permanência da repressão aos negros, do mito da democracia racial e da deslegitimação da intelectualidade, ações que são resultantes de processos históricos.

É relevante destacar que os dados aqui obtidos não foram provenientes de uma autodeclaração, mas, sim, adquiridos em declaração via certidão de nascimento e registro geral (RG), visto que foram as instituições hospitalares que definiram a cor da criança quando nasceu.

Foram observados também qual o estado civil dos professores da instituição e o bairro onde moravam, dados relacionados e divididos em cada década no qual se encontrava, como mostra a Tabela 4 abaixo:

**Tabela 4. Número de docentes do Colégio Luiz Viana por bairro**

Bairro Ano	Centro	São Francisco	Vila Nova	Bela Vista	Bom Jesus	Brasília	Santa Luzia	Paraíso	Outro Município
1950	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970	9	-	-	-	-	-	-	-	-
1980	13	2	2	-	1	-	-	1	-
1990	12	2	2	1	-	1	1	-	2

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Gov. Luiz Viana Filho, Pastas de Professores, Sessão Professores Inativos, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

Nota-se que grande parte dos docentes da instituição (vinte e dois entre a década de 1970 e a de 1980) residia no Bairro Centro, reconhecido por sua segurança, pavimentação, iluminação, grande presença de comércios e onde se localizam as Secretarias Municipais, a Câmara de Vereadores, o Poder Executivo, e o Ginásio e Escola Normal São Lucas e o de Guanambi. É considerado um bairro habitado por moradores de classe social econômica média. Não há informações dos bairros em que trinta e quatro dos professores moravam entre as décadas de 1970 e 1990.

Estes dados obtidos podem ser relacionados com o processo de proletarianização do professorado ocorrido durante o regime da ditadura brasileiro. A política de arrocho salarial, a concentração de empresas privadas, os cortes nos gastos sociais, as medidas educacionais que impulsionaram crescimento numérico de docentes com formação precária provocaram mudanças no perfil de parte dos professores brasileiros.

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam a certas camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletarianizados econômica e socialmente no curso da monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. Já a segunda originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, a partir dos anos de 1970, e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social. Assim, esta última realizou uma

trajetória social inversa da primeira, ou seja, teve uma ascensão no seu status social (FERREIRA, A.; BITTAR, M., 2006, p. 1168)

O processo de proletarização docente promoveu mobilidade social dupla: De um lado, parte dos professores que antes ocupava camadas de uma classe média alta, passou pelo empobrecimento econômico e enfraquecimento cultural sofrido pelos profissionais liberais; por outro lado, certa parcela dos docentes que ocupava as camadas dos trabalhadores urbanos ou classe média baixa teve ascensão social resultante do aumento do campo universitário. É interessante salientar que nem todos os professores que ocupavam a classe média alta e os que pertenciam às camadas dos trabalhadores urbanos ou classe média baixa foram vítimas da proletarização docente durante a ditadura militar.

### **Considerações Finais**

O estudo sobre a situação educacional do regime civil-militar brasileiro, especialmente visando variados aspectos corpo docente, é um meio de compreender e refletir historicamente os movimentos e caminhos traçados pelos professores e pela educação, podendo refletir nestes aspectos do tempo presente e do futuro (sem cometer anacronismos).

Por meio desta pesquisa, conseguiu-se visualizar quais medidas implantadas na educação durante a ditadura militar interferiram na formação e na instrução dos professores que lecionaram no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, localizada no interior baiano, assim como foi possível observar que o município de Guanambi, foi afetado em seu campo político pelas articulações do regime civil-militar.

O corpo docente do Luiz Viana durante a ditadura militar foi majoritariamente composto por profissionais do sexo feminino. O grupo sofreu interferência deste regime inicialmente por ter a habilitação para o Magistério, formação que a maioria dos docentes tinha. Também sofreu influência na Licenciatura Curta, curso concluído por poucos professores da instituição (tendo em vista o baixo rendimento desse tipo de formação). Outro aspecto é o direito de lecionar dado a profissionais não licenciados, através de formação pedagógica.

Além disso, grande parte desse corpo docente era branco (visto a permanência da crença do mito da democracia racial durante a ditadura, junto à desarticulação da liderança e intelectualidade negra ocorrida no regime ditatorial brasileiro) e residia no Centro, bairro guanambiense caracterizado como de classe média haja vista, também, o processo de proletarização do professorado, que causou mobilidade social dupla destes profissionais.

Estudar aspectos de uma instituição de ensino do interior baiano, sob o recorte temporal do período ditatorial, possibilita maior visibilidade desses estabelecimentos escolares, e de suas potencialidades histórico-culturais, como também favorece o acesso a maiores conhecimentos sobre a articulação desse regime político na região em foco, já que são escassos os estudos sobre o tema, especialmente sobre o seu movimento educacional.

O Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho possui elementos de grande potencialidade local, regional e nacional não apenas para a temática da História da Educação, mas para outros campos de caráter histórico e social, constituindo-se como parte importante para a história e a educação do município de Guanambi.

## Referências

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores: contribuições à delimitação do campo. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al. *Didática: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 273-283.

BRASIL. Lei n.5540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Senado Federal. Secretaria de Informação e documentação. Subsecretaria de Informações. *Legislação Republicana Brasileira*. Brasília: 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto- Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971, Seção 1, P.6377. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COMISSÃO, Da Verdade do Estado de São Paulo —Rubens Paiva. Verdades Abertas. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo->

i/downloads/I\_Tomo\_Parte\_2\_Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

CUNHA, Luís Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FERREIRA, Amarílio; BITTAR, Marisa. A Ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

FERREIRA, Elenice Silva; CURY, Carlos Roberto Jamil. A “interiorização” do Golpe: os Efeitos da Ditadura Civil-Militar na Educação em Vitória da Conquista- Bahia (1964-1985). *RBPAE*, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, p. 303-328, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/53678/33093>. Acesso em: 13 out. 2018.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HEBLING, Milene Cristina. *Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985)*. 2013. 231f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2681/5391.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2018.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf> . Acesso em: 15 fev. 2018.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores. Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, Lucia Maria Costa de. *Licenciaturas curtas: uma avaliação da experiência no Estado da Bahia*. 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 1983. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252344/1/Oliveira\\_LuciaMariaCostade.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252344/1/Oliveira_LuciaMariaCostade.pdf). Acesso em: 05 out. 2018.

PEDERIVA, Ana Cristina. “O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever”: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em

Varginha-MG (1970-1985). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Ana%20Cristina%20Pederiva.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Túlio Aranha da; NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *Um guerrilheiro no sertão baiano: a trajetória de João Leonardo e sua possível passagem pelas cidades de Guanambi e Palmas de Monte Alto*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2013.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. *Respingos Históricos*. Salvador: Arembepe, 1991.

VEDANA, Léa Maria. A educação em SC nos anos 60. *Esboços*. Florianópolis. v. 5, n. 5, p. 39-47, dez. 1997. 130f. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/524/9762>. Acesso em: 14 out. 2017.

VIANA, Elane Marcia Silva. *Política e educação na zona rural de Guanambi, Bahia: um estudo sobre a memória coletiva de professores leigos durante a ditadura civil-militar (1964 a 1983)*. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: [http://www2.uesb.br/museupedagogico/wp-content/uploads/2017/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Pol%C3%ADtica-e-educa%C3%A7%C3%A3o\\_professores-Leigos-ELANE-VIANA-.pdf](http://www2.uesb.br/museupedagogico/wp-content/uploads/2017/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Pol%C3%ADtica-e-educa%C3%A7%C3%A3o_professores-Leigos-ELANE-VIANA-.pdf). Acesso em: 03 mar. 2018.